

## APRESENTAÇÃO

<https://doi.org/10.22395/seec.v21n48a8>

A 48ª edição da revista *Semestre Económico* é composta por sete artigos que tratam de questões da economia do trabalho, como a discriminação salarial por gênero, o mercado de trabalho feminino e a economia informal. Ela também traz textos de economia ambiental e do setor público, como os conflitos de mineração, a política fiscal do setor de mineração, o extrativismo e os recursos naturais. Além disso, analisa-se a economia empresarial e o desenvolvimento regional, como as economias de aglomeração, o comportamento competitivo das microempresas e a classificação empresarial e, finalmente, as questões de desenvolvimento econômico e de política comercial, como a promoção industrial, o planejamento econômico, o contrabando técnico e a política tributária. Dos sete artigos apresentados nesta edição, cinco são de pesquisa, um para revisão e um para reflexão. Cinco deles foram realizados por acadêmicos colombianos e dois por pesquisadores estrangeiros. Totalizando treze autores, dos quais cinco são estrangeiros.

No primeiro artigo, Camilo Fabiam Gómez Segura e Óscar Hernán Cerquera Losada, da Universidade Surcolombiana (Huila, Colômbia), e Cristian Felipe Orjuela Yacue, da Universidade Uniminuto (Huila, Colômbia), analisam os determinantes da brecha salarial por gênero na Colômbia, no período de 2004 a 2012, utilizando o censo Mesep-DANE de 2004. Os resultados mostram que o efeito característico explica a brecha bruta à medida que há um avanço na distribuição de salários, o que evidencia a existência de um teto de vidro para as mulheres, portanto, embora elas tenham capital humano suficiente para obter empregos com melhor renda, isso impede que elas se estabeleçam em empregos que as posicionem no ponto intermediário da distribuição de salários.

No segundo artigo, Mayda Alejandra Calderón Díaz, candidata a um doutorado em economia na Universidade Nacional, pesquisadora interna e visitante acadêmica da Middlesex University London (Londres, Reino Unido), apresenta uma revisão da literatura sobre economia informal e trabalho de mulheres. Portanto, foi realizado um exercício de revisão bibliográfica das contribuições mais citadas em revistas especializadas e livros que são referências atuais nos conceitos de trabalho de mulheres, economia informal e trabalho informal de mulheres, além de críticas ao conceito de informalidade. O resultado da revisão mostra a existência de duas posturas: na primeira, o fenômeno da informalidade é entendido como um refúgio involuntário, enquanto na segunda, na qual a autora em questão é adscrita, repre-

senta a posição legalista da Informalidade, na qual ela se constitui como uma opção para evadir impostos.

No terceiro artigo, Víctor Torres Cuzcano, da Universidade Nacional Mayor de San Marcos (Lima, Peru), analisa a política fiscal de mineração dos governos do Peru durante o período de bonança de mineração, entre 2003 e 2012. Por isso, a precisão dos instrumentos fiscais que foram implementados durante o aumento do preço dos metais ocorrido nesse período foi avaliada. Os resultados mostram que os instrumentos aplicados careciam de eficiência para garantir uma apropriação eficiente do rendimento da mineração por parte do Estado, motivo pelo qual são propostos dois instrumentos alternativos: os *royalties ad valorem* e o imposto sobre a renda dos recursos naturais.

No quarto artigo, Mario Alberto Gaviria Ríos, da Universidade Católica de Pereira (Pereira, Colômbia), a partir de um painel de efeitos fixos, faz uma análise espacial do sistema de cidades da Região Cafeteira (*Eje Cafetero*, em espanhol), na Colômbia. Esse trabalho alcança evidenciar a existência de economias externas de rede na escala urbana estudada. Portanto, é necessário que as cidades intermediárias estejam conectadas aos centros urbanos vizinhos e desenvolvam sinergias econômicas, sociais e políticas que permitam que elas aproveitem as vantagens da aglomeração em escala regional, sem ter que assumir os custos da concentração da atividade econômica e da população.

No quinto artigo, os pesquisadores Germán Osorio Novela, Alejandro Mungaray Lagarda, José G. Aguilar Barceló e Natanael Ramírez Angulo, da Universidade Autônoma de Baja California (México), usam uma metodologia mista que implica um contraste entre evidências empíricas e pressupostos essenciais da teoria da organização industrial, bem como a aplicação de instrumentos de medição do grau de concorrência estratégica e de classificação microempresarial, cujo objetivo é repensar o marco teórico de referência para a análise do setor de microempresas e seu comportamento competitivo. Os resultados sugerem que o desempenho competitivo de um importante subsetor de microempresas pode estar associado a modelos de concorrência imperfeita.

No sexto artigo, Carolina Vélez Ospina, estudante de economia da Universidade de Antioquia (Medellin, Colômbia), e Edwin Esteban Torres Gómez, professor e pesquisador da Universidade de Antioquia (Medellin, Colômbia), avaliaram o efeito da política tributária no contrabando e na situação do mercado de trabalho, entre 1990 e a segunda década de 2000, utilizando modelagem econométrica para dados em painel. Conclui-se que as políticas implementadas não cumpriram os objetivos

para esse setor, já que houve um aumento no contrabando por subfaturamento de importações e uma deterioração das condições laborais dos empregados, que, por um lado, se reflete no menor número de horas trabalhadas e, por outro, representa uma mudança do trabalho formal para o informal. Os resultados sugerem que as políticas tiveram efeitos adversos no subfaturamento e nas horas trabalhadas pelos empregados, o que afetou principalmente o emprego informal.

Finalmente, no sétimo artigo, Medardo Alfonso Palomino Arias, que foi professor de universidades como a Fundação Universitária Lumen Gentium, a Universidade Antonio Nariño e a Corporação Universitária Centro Superior, em Cali (Colômbia), apresenta uma síntese da historiografia econômica do período de maior crescimento do produto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que inclui a fase de industrialização, entre 1917 e 1960. O resultado refuta a ideia de que o poder econômico do país derivou de seu enorme tamanho e grande dotação de recursos naturais. Em vez disso, conclui-se que o desenvolvimento econômico soviético e seu crescimento acelerado foram devidos a mudanças políticas e decisões de política econômica.